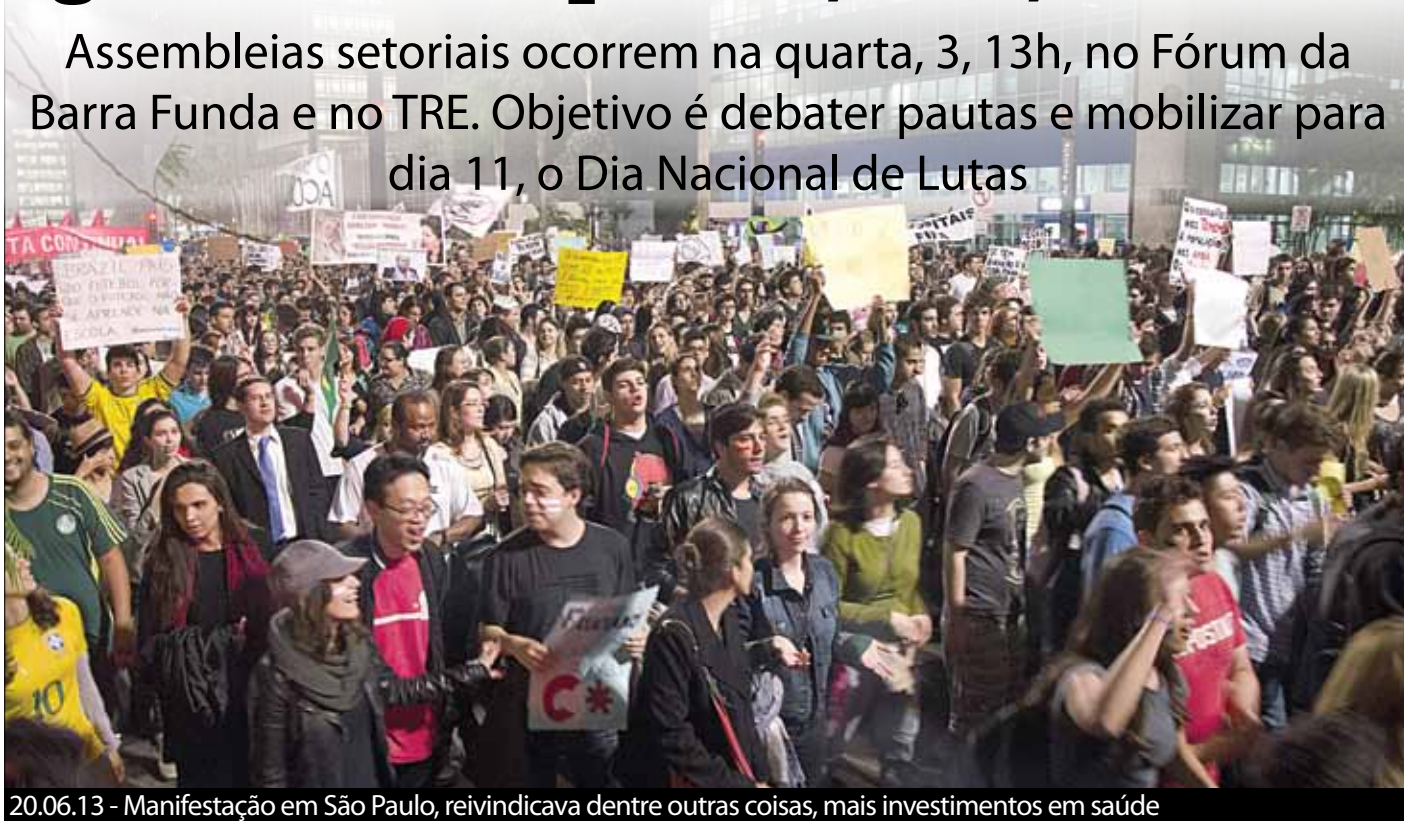


Sintrajud realiza assembleia geral nesta quinta, 13h, no TRF

Assembleias setoriais ocorrem na quarta, 3, 13h, no Fórum da Barra Funda e no TRE. Objetivo é debater pautas e mobilizar para dia 11, o Dia Nacional de Lutas



20.06.13 - Manifestação em São Paulo, reivindicava dentre outras coisas, mais investimentos em saúde

Os servidores do judiciário federal têm uma agenda intensa de debates nesta semana. Na quinta, 4, participam da assembleia geral da categoria, às 13h, em frente ao prédio do TRF-3. Antes, na quarta, 3, acontecem as assembleias setoriais. Às 13h, os servidores da justiça trabalhista se reúnem no Fórum da Barra Funda e os trabalhadores da justiça eleitoral se encontram na sede do TRE.

As assembleias têm o objetivo de construir uma pauta de reivindicações dos servidores para engrossar a mobilização que ocorre no próximo dia 11, o Dia Nacional de Lutas. A redução das tarifas de ônibus, do metrô e dos trens demonstra que com mobilização é possível conquistar direitos.

Para o coordenador do Sindicato, Tarcísio Ferreira, o período de efervescência política potencializa a luta pelas demandas represadas dos servidores do judiciário. “Queremos no mínimo a antecipação do reajuste previsto até 2015”, ressalta.

O dirigente antecipa que uma pauta emergencial será apresentada ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa. A decisão foi tomada no último final de semana durante a reunião da Fenajufe, que ocorreu em Brasília.

De acordo com Tarcísio, além da reposição salarial também será incluída na pauta encaminhada ao STF, propostas sobre a valorização da carreira, dos servidores e serviços públicos e a data-base. A atualização dos benefícios (saúde e alimentação) dos servidores é outro ponto da pauta que será levada a Brasília.

A preocupação com o plano de saúde vem tirando o sono dos servidores e deve ocupar papel importante na luta do próximo período. “Hoje em dia utilizamos boa parte dos salários para pagar convênios médicos”, enfatiza o diretor do Sintrajud Maurício Rezzani. Recentemente o Tribunal Regional Eleitoral constituiu um grupo de trabalho para estudar a viabilidade da contratação de um plano coletivo de assistência médica.

Esse será um dos pontos de pauta que será discutido na assembleia setorial no TRE, segundo Maurício. Para ele, essa é uma pauta que dialoga com o conjunto da classe trabalhadora. “Não mobiliza só os servidores do judiciário, mobiliza a população.”

A discussão sobre o plano de saúde dos servidores do TRF-3 também será ponto de pauta da assembleia geral da categoria que acontece nesta quinta, 4.

Sem publicar a tabela de custeio, TRF-3 abre prazo para adesão a novo plano médico

Os servidores propõem que plano médico seja custeado com a contribuição proporcional ao salário bruto, até o teto de R\$ 480

Jesus Carlos

Os servidores do TRF-3 e da Justiça Federal de 1ª instância da capital, Grande São Paulo e algumas cidades da Baixada Santista e interior foram surpreendidos nesta segunda-feira, 1, com dois comunicados da administração do Tribunal.

Em um, o TRF-3 informava que a Amil venceu a licitação do plano médico, ressaltando os 'aspectos positivos', no outro, a administração impunha aos servidores o prazo de 15 dias para aderirem ao novo contrato, que terá custo per capita de R\$ 487, segundo o edital.

Embora já se soubesse que a Amil vencera a licitação, a categoria está surpresa porque a presidência do TRF-3 não divulgou a forma de custeio, o que é muito criticado pelos servidores. Além disso, a reunião com o Sintrajud para debater o tema só vai acontecer na sexta, 5. Em março, vale destacar, a presidência havia acordado que chamaria o Sindicato para debater a forma de custeio do plano médico, afirmando que não tomaria nenhuma medida unilateral.

Na última sexta, 28, no TRF-3, os servidores realizaram uma assembleia setorial, quando aprovaram que a forma de custeio deve ser modificada. Em vez do atual critério, que considera idade e faixa salarial, os servidores propõem que o plano médico seja custeado com a contribuição proporcional ao salário bruto, até o teto de R\$ 480.

Cálculos iniciais demonstram, por exemplo, que um desembargador que receba mais do que cerca R\$ 24 mil, teto da tabela apresentada pelo TRF-3, contribuiria com 1,5% de seus vencimentos. Ao passo que um pensionista que receba R\$ 2 mil terá que abrir mão de 10% de seu salário.

Assinado pelo presidente Newton de Lucca, o comunicado informa a atualização do teto salarial adotado no cálculo. "A partir do novo contrato, será utilizada a oficial faixa salarial, cujo teto máximo representa R\$24.000,00, aproximadamente, adequando-se os valores, desta forma, às efetivas faixas salariais existentes".

O tema estará na pauta da assembleia geral que acontece em frente ao TRF-3, na quinta, 4. Agenda para 13h, a assembleia também vai organizar a categoria para o Dia Nacional de Lutas, em 11 de julho, que está sendo convocado pela CSP-Conlutas e por outras centrais sindicais.

Recentemente homologado, o contrato entre a Amil e o tribunal ainda não está no site do TRF-3,



mas se estima que seu valor será de cerca de 24 milhões por ano. Parte do valor será custeado pela rubrica Assistência Médica e Odontológica [Amos], que tem como orçamento para 2013 aproximadamente R\$ 8,4 milhões, conforme consta na Lei Orçamentária deste ano.

Uma parte destes recursos já está comprometida com outras despesas, e a categoria quer aproveitar o momento para modificar a forma atual de custeio do plano médico, cujo modelo praticado não é considerado justo, mesmo tendo sido atualizado.

A proposta defendida pelos servidores reduziria o custeio, deixando de penalizar quem têm os

menores salários. Esse critério também é vantajoso para os trabalhadores e aposentados com mais de 59 anos. "Queremos que quem ganhe menos pague menos, e quem ganhe mais pague mais", defende Dalmo Duarte, diretor do Sintrajud.

O Sintrajud requer do TRF-3 todos os dados atualizados pertinentes ao custeio do plano médico para que a categoria possa ficar por dentro do que está sendo debatido. O sindicato também reivindica que a administração cumpra o combinado de não publicar nenhuma decisão sobre o custeio do plano de saúde sem antes de negociar com os trabalhadores.

Luta por mais recursos

A situação vivida pelos servidores do TRF-3, JF da capital e do interior é idêntica a de outros servidores do Judiciário Federal em outras regiões do país e de servidores públicos de outros segmentos. A situação só não está pior, porque a categoria foi à luta no ano passado e conquistou o reajuste da rubrica da Amos, que estava congelada em R\$ 90,00, desde 2004.

Pressionar a administração e o governo federal por mais recursos para a saúde dos servidores é apenas uma parte desta luta.

Outra, é a defesa do Sistema Único de Saúde [SUS], que vem sendo sucateado ao longo dos anos, o que abriu espaço para a privatização do acesso à saúde. Não é à toa que nos protestos que tomaram conta do país nas últimas semanas, as palavras de ordem mais cantadas exigiam investimentos em saúde pública.

Os protestos criticaram, por exemplo, a construção de "arenas" que vão sediar os jogos da Copa do Mundo, enquanto faltam recursos básicos nos hospitais.